



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS
Estado de Minas Gerais

LEI COMPLEMENTAR Nº 25, DE 16 DE ABRIL DE 2013.

PUBLICADO

DATA 16 / 04 / 2013

ATRAVÉS Mural Pref. Municipal
Brasilândia de Minas MG

ASSINATURA

Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar n. 10, de 1º de novembro de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS (MG) faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Complementar n. 10, de 1.11.2006, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 2º

VIII - nos casos em que houver vacância de cargo público em virtude de exoneração voluntária ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamentos ou licença estatutariamente prevista, de concessão obrigatória, cuja ausência possa prejudicar a execução dos serviços ou causar danos a terceiros;" (NR)

Art. 2º O § 4º do art. 2º da Lei Complementar n. 10, de 1.11.2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

§ 4º As contratações de pessoal serão feitas mediante processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, observados os critérios e condições estabelecidos pelo Poder Executivo." (NR).

PUBLICADO

DATA 24 / 04 / 2013

ATRAVÉS MURAL CAMARA MUNICIPAL
DE BRASILÂNDIA DE MINAS - MG.

Praça Cívica 141- bairro Planalto – Fone: 0 xx (30) 3562 1208 Brasilândia de Minas-MG.

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS
Estado de Minas Gerais

Art. 3º Ficam convalidados os atos de seleção e contratação de pessoal praticados entre o dia 1º de janeiro de 2013 e a data de publicação desta Lei Complementar e que tenham sido motivados pelas situações descritas no ora acrescido inciso VIII do art. 2º da Lei Complementar n. 10, de 1.11.2006.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Em Brasilândia de Minas, 16 de abril de 2013.

MARDEM JÚNIOR TELES PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Art. 2º

Viu-se nos autos que houve violação de cargo público em virtude de contratação voluntária ou eventual, informalmente, apresentando documentos ou falta de documentação prevista, de concessão arbitrária, cuja existência possa prejudicar a execução dos serviços ou causar danos e prejuízos. (NR)

Art. 2º O § 4º do art. 2º da Lei Complementar n. 10, de 1.11.2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

§ 4º As contratações de pessoal serão feitas mediante processo seletivo simplificado, de testes, de provas ou de provas e testes, observadas as condições e qualificações estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal.

PUBLICADO

DATA: 21/04/2013

ASSINATURA: MARDEM JÚNIOR TELES PEREIRA DA COSTA

DE BRASILÂNDIA DE MINAS - MG